

PERITO CONTÁBIL

TIPO 1



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

1

A NBC PP 01 (R1), de 19 de março de 2020, revisa a norma que trata do perito contábil, estabelecendo diretrizes para a atuação dos profissionais que exercem a função de perito em contextos judiciais, extrajudiciais e arbitrais. A norma define os requisitos de competência técnica, independência e ética que o perito contábil deve observar, além de orientar para garantir a qualidade e a confiabilidade das informações fornecidas no exercício dessa função.

Relacione os termos estabelecidos na NBC PP 01 (R1) com suas respectivas definições:

I - Assistente técnico:

II - Perito arbitral:

III - Perito do juízo:

IV - Perito oficial:

() é o contador nomeado pelo poder judiciário para exercício da perícia contábil;

() é o contador nomeado em arbitragem para exercício da perícia contábil;

() é o contador investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado;

() é o contador ou órgão técnico ou científico indicado e contratado pela parte em perícias contábeis.

Assinale a opção que indica a correspondência correta, na ordem apresentada.

(A) III – II – I – IV.

(B) IV – II – I – III.

(C) IV – I – II – III.

(D) III – I – II – IV.

(E) III – II – IV – I.

2

A Resolução CFC nº 1.502/2016, e suas alterações, publicada no DOU em 22 de fevereiro de 2017, institui o Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis (CNPC). Esse cadastro visa garantir a qualificação e a habilitação desses profissionais. A resolução estabelece critérios para a inscrição no CNPC, como a comprovação de qualificação técnica e experiência, além de prever a atualização periódica dos dados cadastrais e a adoção de práticas de educação continuada.

A manutenção, a avaliação periódica e a regulamentação do Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis (CNPC) compete, exclusivamente, ao

(A) Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

(B) Conselho Nacional de Peritos (CNP).

(C) Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

(D) Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

(E) Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

3

O Código Civil Brasileiro (Lei nº 13.105/2015) prevê que o juiz pode nomear um perito com conhecimentos especializados para fornecer esclarecimentos técnicos necessários à resolução de litígios. Esse profissional deve explicar os fatos e fundamentos técnicos que sustentam sua conclusão.

De acordo com o citado código, assinale o documento que o Perito deve protocolar em juízo que materializa seus trabalhos de perícia.

(A) Laudo.

(B) Opinião.

(C) Parecer.

(D) Relatório.

(E) Diagnóstico.

4

De acordo com a Resolução CFC nº 1.603/2020, que aprova o Regulamento de Procedimentos Processuais dos Conselhos de Contabilidade e dispõe sobre os Processos Administrativos de Fiscalização, as penalidades podem ser disciplinares ou éticas. Um perito contábil foi destituído do encargo judicial por desídia e denunciado no Conselho Regional de Contabilidade “Y”, de ofício, pelo magistrado da comarca “Z”.

Diante da situação hipotética e de acordo com a Resolução CFC nº 1.603/2020, assinale a opção que indica apenas penalidades disciplinares que o perito poderá sofrer.

- (A) Multa, advertência reservada e censura reservada.
- (B) Advertência reservada, censura reservada e censura pública.
- (C) Censura reservada, censura pública e suspensão do exercício profissional.
- (D) Multa, suspensão do exercício profissional e cassação do exercício profissional.
- (E) Censura pública, suspensão do exercício profissional e cassação do exercício profissional.

5

De acordo com a NBC PG 12 (R4) - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA, o Desenvolvimento Profissional Contínuo visa desenvolver e manter a competência profissional necessária para prestar serviços de alta qualidade a clientes, empregadores e outras partes interessadas, e, assim, fortalecer a confiança pública na profissão contábil por meio do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC).

Os peritos contábeis inscritos no Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis, sujeitos ao cumprimento da norma que, por motivos comprovadamente justificados, estejam impedidos de exercer a profissão, devem cumprir a EPC proporcionalmente aos meses trabalhados no ano.

De acordo com a norma, as justificativas válidas para esse fim incluem as seguintes, **com exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Enfermidades.
- (B) Período sabático.
- (C) Licença-maternidade.
- (D) Licença-paternidade.
- (E) Acidente de trabalho.

6

Relacione os princípios fundamentais de ética para os profissionais de contabilidade com as suas respectivas explicações de acordo com a NBC PG 100 (R1) - CUMPRIMENTO DO CÓDIGO, dos Princípios Fundamentais e da Estrutura Conceitual.

1. Integridade
 2. Objetividade
 3. Confidencialidade
 4. Comportamento profissional.
- () respeitar o sigilo das informações obtidas em decorrência de relações profissionais e comerciais
 - () cumprir com as leis e os regulamentos pertinentes
 - () não comprometer julgamentos profissionais ou comerciais devido a comportamento tendencioso, a conflito de interesses ou à influência indevida de outros
 - () ser direto e honesto em todas as relações profissionais e comerciais

Assinale a opção que mostra a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 4 – 2 – 3.
- (B) 2 – 3 – 1 – 4.
- (C) 3 – 2 – 4 – 1.
- (D) 3 – 4 – 2 – 1.
- (E) 4 – 3 – 2 – 1.

7

Com relação ao plano de trabalho e aos honorários, de acordo com a NBC PP 01 (R1) - PERITO CONTÁBIL, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Na elaboração do plano de trabalho e respectiva proposta de honorários, o perito deve considerar, entre outros fatores, a relevância, o vulto, o risco, a responsabilidade, a complexidade operacional, o pessoal técnico, o prazo estabelecido e a forma de recebimento.
- () O perito deve elaborar a proposta de honorários, quando possível, descrevendo o plano de trabalho de forma a atender ao objeto da perícia, considerando as etapas prévias ao trabalho pericial até o início da execução.
- () O perito deve ressaltar, em sua proposta de honorários, que ela contempla os honorários relativos a quesitos suplementares e complementares e que estes observam critérios diferentes dos adotados inicialmente.
- () Quando a perícia for considerada inconclusiva ou ineficiente, ou quando substituído, pode a autoridade competente determinar a redução ou devolução do valor dos honorários já recebidos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – F.
- (B) V – F – V – F.
- (C) V – F – F – V.
- (D) F – V – F – V.
- (E) F – F – V – V.

8

Numa perícia contábil para a certificação do valor do crédito tributário do período de 1995 a 1999, as partes alegaram não dispor de provas documentais do período.

Nessa situação, em relação aos procedimentos, é correto afirmar que o perito contábil, para a elaboração do laudo pericial, adotará

- (A) a vistoria, que é a análise de livros, registros de transações e documentos.
- (B) a certificação, que é a pesquisa que busca constatar o que está oculto por quaisquer circunstâncias.
- (C) o arbitramento, que é a determinação de valores, quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.
- (D) a avaliação, que é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.
- (E) a investigação, que é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.

9

Em 01/01/2022, uma sociedade empresária adquiriu um terreno por R\$50.000, com o objetivo de usá-lo em seu negócio durante dez anos.

Em 31/12/2022, ao realizar o teste de recuperabilidade do terreno, ela verificou que o valor justo líquido de despesas de venda era de R\$49.000, enquanto o valor em uso era estimado em R\$46.000.

Já em 31/12/2023, foi constatado que o valor justo líquido de despesas de venda do terreno era de R\$52.000, enquanto o valor em uso era estimado em R\$47.000.

Considerando as informações apresentadas, um perito contábil, ao examinar a documentação e analisar a situação, certificou a correta contabilização pela sociedade empresária do valor do terreno no balanço patrimonial em 31/12/2023, no valor de

- (A) R\$40.000.
- (B) R\$47.000.
- (C) R\$49.000.
- (D) R\$50.000.
- (E) R\$52.000.

10

Em 2023 uma sociedade empresária registrou as seguintes saídas de caixa:

- Pagamento de despesas antecipadas relacionadas à 2024: R\$30.000.
- Pagamento de fornecedores de estoques adquiridos em 2022: R\$40.000
- Pagamento de imposto sobre a renda de 2022: R\$50.000.
- Pagamento de empréstimo bancário que havia sido contraído em 2021: R\$60.000.
- Pagamento à vista pela compra de ativo imobilizado: R\$70.000.
- Pagamento de despesas de salários: R\$80.000.

Considerando as informações apresentadas, um perito contábil, ao examinar a Demonstração dos Fluxos de Caixa da sociedade empresária em 31/12/2023, constatou que

- (A) a atividade operacional consumiu R\$80.000.
- (B) a atividade de investimento consumiu R\$130.000.
- (C) a atividade de investimento consumiu R\$180.000.
- (D) a atividade operacional consumiu R\$200.000.
- (E) não houve consumo relacionado à atividade de financiamento.

11

Uma Sociedade Empresária adquiriu de terceiros, em 01/01/2021, uma patente, por R\$120.000. A administração julgou que este ativo intangível tinha vida útil indefinida. Na data, os honorários profissionais diretamente relacionados para que a patente ficasse em condições operacionais foram de R\$25.000 e os custos com testes para verificar se a patente estava funcionando adequadamente foram de R\$15.000.

Em 31/12/2021, 31/12/2022 e 31/12/2023, o valor de mercado da patente era, respectivamente, de R\$170.000, R\$150.000 e R\$140.000. Nos três anos, o valor em uso era estimado em R\$100.000.

A Sociedade Empresária contratou um perito contábil com o objetivo de confirmar a correção do valor contábil do ativo intangível em 31/12/2023.

Considerando as informações apresentadas no Balanço Patrimonial da Sociedade Empresária, assinale o valor correto.

- (A) R\$120.000.
- (B) R\$135.000.
- (C) R\$140.000.
- (D) R\$150.000.
- (E) R\$160.000.

12

Em 05/01/2024, a Cia A adquiriu 80% de participação do capital social da Cia B por R\$80.000, à vista. Na data, o patrimônio líquido da Cia B era de R\$150.000 e foi constatado que a mensuração dos valores de todos os elementos patrimoniais era igual ao valor justo e que não havia ajuste a realizar no processo de alocação do preço pago. Ainda, a Cia A contratou um perito contábil para rever todos os procedimentos e parâmetros analisados com o objetivo de validar o ganho existente a ser reconhecido.

Considerando-se as informações apresentadas, a combinação de negócios foi caracterizada como uma situação de compra vantajosa. Na data da aquisição, o ganho existente deve ser reconhecido do seguinte modo:

- (A) Receita de R\$40.000 na Demonstração do Resultado do Exercício.
- (B) Receita de R\$70.000 na Demonstração do Resultado do Exercício.
- (C) Resultado de Exercícios futuros de R\$70.000 no Balanço Patrimonial.
- (D) Ajustes de avaliação Patrimonial de R\$40.000 na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (E) Ajustes de avaliação Patrimonial de R\$70.000 na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

13

Analise as informações de uma Sociedade Empresária S.A. a seguir:

Demonstração do Resultado do Exercício de 2024

Receitas		6.900.000
Estoque Inicial	1.900.000	
Compras	4.400.000	
Estoque Final	1.600.000	
Custo dos produtos vendidos		4.700.000
Lucro Bruto		2.200.000
Despesas operacionais		
Despesas de vendas		450.000
Despesas administrativas		700.000
Lucro Líquido		1.050.000

As demais informações do período de 31/12/2023 a 31/12/2024 foram:

1. O contas a receber apresentou redução de R\$ 310 mil.
2. As despesas antecipadas aumentaram R\$ 170 mil.
3. Os fornecedores diminuíram R\$ 275 mil.
4. As outras contas a pagar diminuíram R\$ 120 mil.
5. As despesas administrativas incluem despesa de depreciação de R\$ 60 mil.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 03, o perito contábil identificou que o Fluxo de Caixa Operacional de 2024 foi de

- (A) R\$855.000.
- (B) R\$1.005.000.
- (C) R\$1.065.000.
- (D) R\$1.100.000.
- (E) R\$1.155.000.

14

O zelo profissional do perito contábil é fundamental para garantir a precisão e a integridade das informações financeiras. Ele deve manter a imparcialidade e a objetividade em seus relatórios, assegurando que suas análises sejam baseadas em evidências claras e metodologias rigorosas. Além disso, o perito deve respeitar os princípios éticos e legais da profissão, preservando a confiança do sistema judicial e das partes envolvidas.

Considerando-se os preceitos da NBC PP 01 (R1), o zelo profissional do perito na realização dos trabalhos periciais compreende

- (A) assumir a responsabilidade pessoal por todas as informações prestadas em matéria objeto da perícia.
- (B) guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional durante a perícia.
- (C) recusar sua indicação em trabalho quando reconheça não se achar capacitado para a especialização requerida da perícia.
- (D) renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador e vice-versa durante a perícia.
- (E) cumprir os Programas de Educação Profissional Continuada de acordo com o estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para realizar a perícia.

15

Em 31 de dezembro de 20X3 a empresa ABC S.A. possuía 70% do capital votante da empresa XYZ S.A. que representava um investimento de R\$4.000. O patrimônio líquido da empresa XYZ em 31 de dezembro de 20X4 era de R\$10.000. Havia uma transação entre as empresas, que gerou um resultado (lucro) não realizado de R\$1.000 reconhecido pela XYZ S.A..

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 18 (R3), um perito contábil, ao examinar a documentação e analisar a situação, certificou o correto o resultado do método de equivalência patrimonial de

- (A) R\$2.300.
- (B) R\$3.000.
- (C) R\$6.300.
- (D) R\$7.000.
- (E) R\$9.000.

16

A NBC TG 01 (R4) trata da redução ao valor recuperável de ativos. Esse pronunciamento estabelece as normas para a avaliação e o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, abordando como e quando os ativos devem ser ajustados ao seu valor recuperável estimado. Considere o caso em que a Empresa XPTO possui, em seu ativo, uma unidade geradora de caixa formada por três máquinas industriais que fabricam juntas um determinado produto. Suponha que você tenha sido contratado pela XPTO para realizar o teste de recuperabilidade dessa unidade geradora de caixa.

Os seguintes dados foram fornecidos:

Ativo	Custo \$	Depreciação \$	Valor Contábil Líquido \$
Máquina de preparação	100.000	-15.000	85.000
Máquina de Corte	30.000	-4.500	25.500
Máquina de Empacotamento	250.000	-37.500	212.500
Total	380.000	-57.000	323.000

Ativo	Valor de Venda \$
Máquina de preparação	85.000
Máquina de Corte	11.500
Máquina de Empacotamento	127.815
Total	224.315

Para encontrar o valor em uso das máquinas foi informado que o fluxo gerado no ano 1 pelas máquinas foi de \$200.000, para o ano 2 foi de \$144.800 e para o ano 3 foi de \$92.800. Considere uma taxa de desconto composta de 12% a.a.

Assinale a opção que indica corretamente se houve ou não perda no teste de redução ao valor recuperável de ativos e o respectivo valor.

- (A) Houve perda, valor de \$50.000.
- (B) Não houve perda, o valor em uso foi maior do que o valor contábil líquido em um pouco mais de \$100.000.
- (C) Houve perda, valor de \$75.000.
- (D) Não houve perda, o valor em uso foi maior do que o valor contábil líquido em um pouco mais que \$37.000.
- (E) Houve perda, valor de \$45.000.

17

A empresa Alpha S.A. adquiriu, pelo valor de R\$30.000, a empresa Beta S.A., sendo esse valor pago à vista. O Patrimônio Líquido da empresa Beta era de R\$5.000. A empresa Alpha, por meio de avaliação de consultores externos, efetuou os estudos para determinação do valor justo dos ativos e passivos para a alocação do preço de compra, conforme demonstrado abaixo.

	Valor Justo
Ativo circulante	R\$2.000
Imobilizado	R\$1.500
Intangível	R\$18.000
Total do ativo a valor justo	R\$21.500
Passivo circulante	R\$2.000
Imposto de renda e contribuição social diferido	R\$3.000
Total do passivo a valor justo	R\$5.000

O ágio apurado foi pago principalmente pela expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), uma vez que a aquisição está em linha com a estratégia da empresa Alpha.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 15 (R4), a empresa Alpha, por meio de avaliação de perito contábil, identificou

- (A) uma mais valia de ativos líquidos de R\$5.000.
- (B) um valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos de R\$5.000.
- (C) um valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos de R\$11.500.
- (D) um ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$13.500.
- (E) um ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$25.000.

18

A NBC PP 02 é uma norma técnica emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estabelece os procedimentos e critérios para o Exame de Qualificação Técnica (EQT) voltado para contadores que desejam atuar na área de perícia contábil. Sobre a administração e a execução do Exame de Qualificação Técnica (EQT) para perito contábil, conforme a NBC PP 02, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Os membros da Comissão Administradora de Exame (CAE) são nomeados pelo presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por um período de dois anos, com possibilidade de recondução.
- (B) A CAE deve se reunir pelo menos duas vezes ao ano para definir o formato e o conteúdo do EQT, com reuniões autorizadas pelo presidente do CFC.
- (C) As atribuições da CAE incluem a decisão sobre recursos apresentados pelos candidatos em primeira instância administrativa.
- (D) Cabe à Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional, em conjunto com a CAE, elaborar o edital e administrar todas as etapas do EQT, incluindo a publicação dos resultados no Diário Oficial da União.
- (E) Os membros da CAE, enquanto em exercício, estão autorizados a se inscrever no EQT para adquirir experiência prática sobre o exame.

19

O valor recuperável de ativos é fundamental para garantir a precisão das demonstrações financeiras e a integridade da posição econômica de uma empresa. Ele assegura que os ativos não sejam sobreavaliados, refletindo seu valor real e evitando distorções nos resultados financeiros. Isso não só proporciona transparência e confiança para investidores e credores, como também ajuda na conformidade com normas contábeis e regulatórias. Suponha que a entidade identifique as seguintes informações em relação a um item:

- Valor de compra do bem: \$400;
- Custo de Reposição do bem: \$320;
- Preço estimado de venda para terceiros: \$800;
- Custos estimados para preparar o bem para vender: \$240;
- Gastos estimados para vender o bem: \$120.

Numa perícia contábil dedicada a determinar o correto valor desse ativo a ser apresentado no final do período contábil, considerando que o valor contábil tenha sido de \$400, assinale a opção que indica se houve perda por redução ao valor recuperado e, ainda, o que aconteceria se o preço de venda mudasse para \$700.

- (A) Primeiramente não houve perda por recuperabilidade; para o caso da mudança do preço de venda, haveria perda por recuperabilidade no valor de \$60.
- (B) Primeiramente houve perda por recuperabilidade no valor de \$80; para o caso da mudança do preço de venda, haveria perda por recuperabilidade no valor de \$80.
- (C) Primeiramente houve perda por recuperabilidade no valor de \$60; para o caso da mudança do preço de venda, haveria perda por recuperabilidade no valor de \$40.
- (D) Primeiramente houve perda por recuperabilidade no valor de \$110; para o caso da mudança do preço de venda, haveria perda por recuperabilidade no valor de \$50.
- (E) Não houve perda por recuperabilidade em nenhum dos dois casos.

20

Uma empresa apresentava, em seu Balanço Patrimonial de 2023, um valor líquido contábil de R\$400.000, correspondente a uma máquina em seu ativo imobilizado (Custo de Aquisição de R\$500.000 e Depreciação Acumulada de R\$100.000).

A Sociedade Empresária encarregou um perito contábil de realizar o teste de recuperabilidade desse bem do ativo em 31/12/2023 e obteve os seguintes valores: (a) Valor em uso: R\$380.000; (b) Valor justo líquido da despesa de venda: R\$390.000. Com base nas informações apresentadas, o valor recuperável dessa máquina é

- (A) R\$400.000.
- (B) R\$390.000.
- (C) R\$380.000.
- (D) R\$500.000.
- (E) R\$300.000.

21

Uma Sociedade Empresária comprou, a vista, por R\$25.000, um conjunto de máquinas que, de acordo com o NBC TG 15 (R4), não constitui um negócio. O valor justo desse ativo é R\$25.100, o valor contábil é R\$25.200 e o valor de uso baseado em fluxo de caixa descontado é R\$26.200.

Nesse caso, com base na NBC TG 15 (R4) e na NBC TG 27 (R4), um perito contábil, ao examinar a contabilização realizada pela Sociedade Empresária, certificará a correção do lançamento se ele tiver sido contabilizado como

- (A) Ativo imobilizado de R\$25.000.
- (B) Ágio de R\$100.
- (C) Ágio de R\$200.
- (D) Mais-valia de R\$1.200.
- (E) Ativo imobilizado de R\$26.200.

22

A Sociedade "A" possui 65% de ações com direito a voto sobre a Sociedade "B", cujo Patrimônio Líquido equivale a R\$2.000.000. Durante o exercício de 2023, a Sociedade "B" apresentou um lucro de R\$200.000.

Diante dos dados apresentados, e de acordo com o NBC TG 18 (R3), um perito contábil, ao examinar a contabilização pela Sociedade "A", certificará a correção do lançamento se ele tiver sido contabilizado como

- (A) Crédito na conta de Investimentos na Sociedade "B" no valor de R\$130.000.
- (B) Débito na conta de Investimentos na Sociedade "B" no valor de R\$200.000.
- (C) Débito na conta de Receita de equivalência patrimonial no valor de R\$200.000.
- (D) Crédito na conta de Receita de equivalência patrimonial no valor de R\$200.000.
- (E) Crédito na conta de Receita de equivalência patrimonial no valor de R\$130.000.

23

A entidade tem um imóvel para renda avaliada no seu balanço patrimonial pelo valor justo. O valor contábil no início do exercício do ativo é R\$1.000. No final do exercício social, considerando o preço por metro quadrado de imóveis semelhantes naquela região, o valor de mercado do imóvel seria R\$1.120. Acontece que, caso a entidade vendesse o imóvel, teria que pagar R\$50 para um corretor de imóvel.

O valor que o perito contábil deveria contabilmente atribuir ao imóvel na data de encerramento do exercício social seria

- (A) R\$1.070.
- (B) R\$1.000.
- (C) R\$1.170.
- (D) R\$1.120.
- (E) R\$950.

24

Uma Sociedade Empresárias abriu seu capital, em 2023, por meio de emissão de títulos patrimoniais autorizada pela CVM. A Sociedade Empresária incorreu em custos de transação diretamente atribuíveis à emissão efetuada.

Um perito contábil, ao examinar a contabilização dos lançamentos dos citados custos de transação, de acordo com o NBC TG 08, certificará a correção se esse valor tiver sido contabilizado como

- (A) Despesa Financeira.
- (B) Ativo Diferido.
- (C) Conta Redutora do Patrimônio Líquido.
- (D) Despesa Antecipada.
- (E) Outras Despesas Operacionais na DRE.

25

Uma Sociedade Empresária possui um imóvel que é mantido para valorização do capital a longo prazo. Na qualidade de perito, com base na NBC TG 28 (R4) – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Caso o departamento de tesouraria ocupe uma pequena parte do imóvel, que não pode ser vendida ou locada separadamente, essa situação impede a classificação do imóvel como uma propriedade de investimento.
- () É necessário que a Sociedade Empresária obtenha valores justos de todas as suas propriedades para investimento no final de cada exercício social.
- () O laudo de avaliação a valor justo de uma propriedade para investimento necessariamente tem de ser elaborado por um avaliador independente da entidade.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – F – F.

Questão Discursiva 1

A emissão das demonstrações contábeis de 31/12/2023 de uma sociedade empresária foi autorizada em 01/02/2024.

Em janeiro de 2024, aconteceram os seguintes fatos:

- Descoberta de erro na mensuração de ativo relevante.
- Declínio do valor justo de investimentos, decorrente de crise cambial neste mês.
- Início da implementação de reestruturação importante.

Em fevereiro de 2024, ocorreram os seguintes fatos:

- Perda, na justiça, de uma causa que não havia sido provisionada.
- Destruição por incêndio de instalação de produção importante.

Na qualidade de Perito Contábil, com base na NBC TG 24 (R2) - EVENTO SUBSEQUENTE, responda, em no máximo 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Indique quais fatos são considerados eventos subsequentes. Justifique a sua resposta.**
- B) Dos eventos subsequentes, indique quais originam ajustes. Justifique a sua resposta.**
- C) Explique quando os eventos subsequentes que não originam ajustes devem ser divulgados e quais informações em relação a eles devem ser divulgadas. Justifique a sua resposta.**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

RASCUNHO

Questão Discursiva 2

Uma Sociedade Empresária “A” presta serviços de consultoria contábil.

No primeiro trimestre de 2024, a sociedade empresária “A” foi acionada na justiça por três clientes. As causas e as estimativas dos advogados são as seguintes:

1. Um cliente estava insatisfeito com o resultado entregue e pediu indenização de R\$15.000. Os advogados consideraram a perda remota.
2. Um cliente reclamou que os consultores destruíram o seu patrimônio e pediu indenização de R\$20.000. Os advogados consideraram a perda provável e estimaram que o valor da obrigação era de R\$20.000.
3. Um cliente reclamou que os consultores não apresentaram comportamento adequado enquanto prestavam o serviço e pediu indenização de R\$30.000. Os advogados consideraram a perda provável, no entanto, não conseguiram mensurar o valor da obrigação com suficiente confiabilidade.

Diante do relatório jurídico, a Sociedade Empresária “A” o contratou como perito extrajudicial para emitir um parecer técnico.

Com base nesse relato, responda, em no máximo 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

Com base na NBC TG 25 (R2) – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, indique e explique o tratamento contábil das causas 1, 2 e 3 pela sociedade empresária “A”.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO

Realização

